

## ONDE ESTÃO E O QUE INVESTIGAM AS PESQUISADORAS NEGRAS BRASILEIRAS?

**RONIBERTO MORATO DO AMARAL**

UFSCar

[roniberto@ufscar.br](mailto:roniberto@ufscar.br)

**THAIS CAVALCANTE MARTINS**

UNIFESP

[thais.cavalcante@unifesp.br](mailto:thais.cavalcante@unifesp.br)

**ELLEN DE LIMA SOUZA**

UNIFESP

[ellen.souza@unifesp.br](mailto:ellen.souza@unifesp.br)

**ISABEL MELERO BELLO**

UNIFESP

[isabel.bello@unifesp.br](mailto:isabel.bello@unifesp.br)

### INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A inserção e a progressão de mulheres negras na ciência brasileira são atravessadas por barreiras estruturais persistentes, associadas à histórica combinação entre racismo e sexismo, que produzem desigualdades nas trajetórias e no reconhecimento acadêmico. A estrutura hegemônica de produção do conhecimento, pautada em premissas eurocêntricas e patriarcais, opera um “epistemicídio racial” (Pixuna Neto; Ferreira, 2023), que invisibiliza as trajetórias dessas pesquisadoras (Xavier, 2021). Essa exclusão materializa-se na sub-representação em posições de liderança e na captação de recursos, como as bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq, evidenciando um “teto de vidro” na academia (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021). Além de conciliar a carreira com as demandas do trabalho reprodutivo impostas pela divisão sexual do trabalho (Silva; Ribeiro, 2014), essas cientistas enfrentam a constante invalidação de sua autoridade cognitiva em um modelo androcêntrico de ciência (Gaudêncio, 2024).

Recentes investigações têm mapeado essa realidade, desde a invisibilidade em materiais didáticos (Pereira; Elias, 2021) até o uso de biografias na decolonização do ensino (Gomes; Francisco Junior, 2024), ressaltando a urgência de incorporar o pensamento feminista negro para legitimar essas pesquisadoras (Daniel, 2025).



Diante da necessidade de reconhecer contribuições historicamente invisibilizadas e compreender as dinâmicas de exclusão e resistência no ambiente acadêmico, este estudo tem o objetivo de investigar o panorama da formação de pesquisadoras negras no Brasil. Propõe-se mapear e analisar a inserção dessas pesquisadoras nos cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado) do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), abarcando a representatividade nas áreas do conhecimento, universidades e temáticas. Busca-se, assim, gerar evidências empíricas sólidas para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à equidade racial e de gênero no ambiente científico.

A operacionalização desse objetivo fundamenta-se no uso de microdados da pós-graduação (PG) disponibilizados pela Capes. Esses microdados constituem a infraestrutura informacional central para a avaliação do SNPG, pois viabiliza a construção de indicadores de Ciência e Tecnologia. Dessa forma, torna-se possível examinar a dinâmica do sistema em diferentes dimensões analíticas, a fim de reconstituir trajetórias formativas e identificar padrões de desigualdades (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021).

## DESENVOLVIMENTO

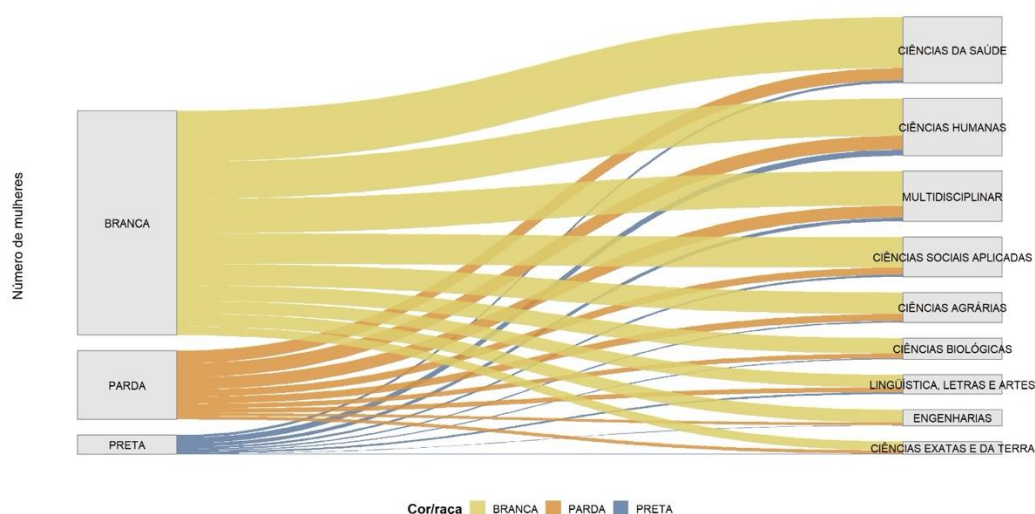
A base empírica do estudo deriva de cooperação interinstitucional entre os Projetos Abdias do Nascimento (Unifesp e UEL) e o Centro SoU\_Ciência, o que viabilizou o acesso formal aos microdados da Capes para fins de pesquisa. Metodologicamente, integraram-se registros de discentes e programas de PG aos microdados de teses e dissertações de bases públicas, bem como às informações institucionais do Censo da Educação Superior, permitindo a padronização das IES e a consistência dos vínculos institucionais. O recorte temporal compreende 2017 a 2023, definido pela ampliação da coleta de informações de cor/raça pela Capes a partir de diretrizes instituídas em 2016 no contexto das ações afirmativas na PG. Foram analisados 184.187 registros bibliográficos (teses e dissertações), vinculados às discentes tituladas, incorporando marcadores sociodemográficos como sexo, faixa etária, cor/raça; neste último, aplicou-se a recuperação da informação mais recente para reduzir dados faltantes.

A análise dos indicadores evidencia as desigualdades estruturais na PG brasileira, materializando a exclusão interseccional de gênero e raça enfrentada pelas pesquisadoras negras, amplamente debatida na literatura (Gaudêncio, 2024).



Na Figura 1 observa-se a hegemonia de mulheres brancas em todas as áreas, com maior concentração em Ciências da Saúde (22,7%), Ciências Humanas (16,6%) e Multidisciplinar (15,3%), reforçando sua posição dominante no SNPG. Mulheres pardas e, sobretudo, pretas figuram como uma fração reduzida e mais concentrada, especialmente em Ciências Humanas (20,4% entre pardas e 29,8% entre pretas) e Ciências da Saúde (18,2% e 12,9%), o que indica uma inserção mais restrita e menos diversificada. A concentração em áreas historicamente feminizadas, em contraste com a presença quase residual de mulheres negras nas Engenharias (4,1% entre pardas e 2,7% entre pretas) e nas Ciências Exatas e da Terra (4,9% e 4,0%), evidencia a persistência de hierarquias raciais na organização dos campos científicos (Silva; Ribeiro, 2014). Essa segmentação expressa mecanismos estruturais que delimitam as possibilidades de inserção dessas pesquisadoras, operando como um “teto de vidro” (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021), e contribuindo para “epistemicídio racial” (Pixuna Neto; Ferreira, 2023) ao restringir sua presença nos espaços de maior prestígio e poder científico.

Figura 1 - Distribuição das mulheres brancas, pardas e pretas por grande área do conhecimento.



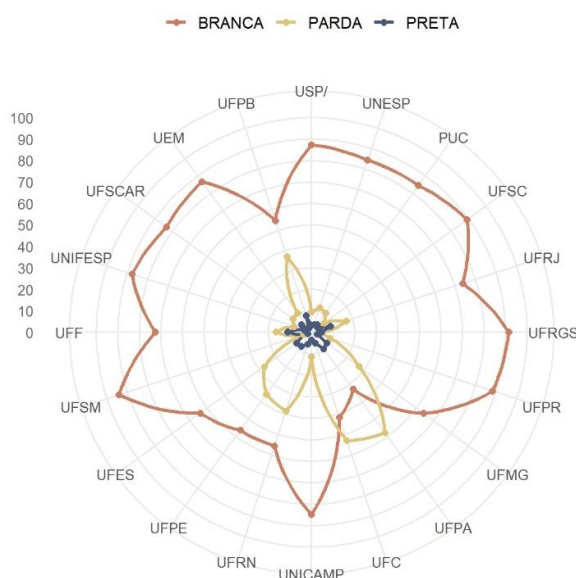
Fonte – Autores.

O segundo indicador (Figura 2) territorializa essa exclusão, confirmando as assimetrias regionais e institucionais da ciência nacional (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021). Mulheres brancas dominam amplamente as instituições, especialmente no eixo Sul-Sudeste (ex.: UFRGS, UFSC, UNICAMP). A presença de mulheres pardas apresenta



variações, com picos apenas no Norte e Nordeste (UFPA e UFPB). Contudo, a trajetória das mulheres pretas raramente superando a margem de 10% a 20%, mesmo em estados com expressiva população negra.

Figura 2 – Distribuição percentual de mulheres brancas, pardas e pretas nas 20 universidades com maior número de tituladas.

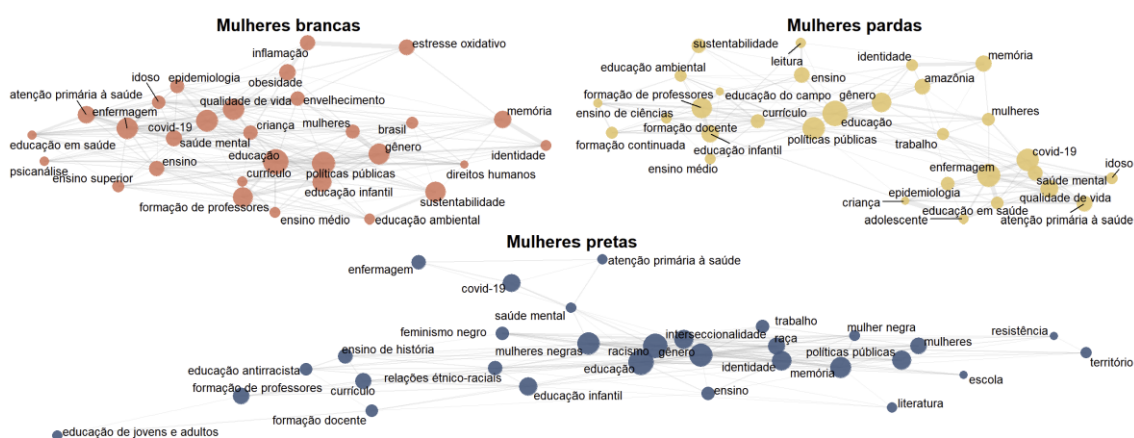


Fonte – Autores.

A Figura 3 evidencia diferenciações nos campos temáticos mobilizados pelas pesquisadoras. Mulheres brancas apresentam maior inserção em agendas consolidadas, especialmente nas áreas da saúde, enquanto mulheres pardas articulam essa presença a temas ligados à educação e às políticas públicas. Já as mulheres pretas concentram sua produção em eixos diretamente relacionados às desigualdades raciais, como racismo, interseccionalidade, mulheres negras e educação antirracista, o que revela uma inflexão temática situada. Essa configuração deve ser compreendida à luz das posições desiguais que estruturam o campo científico, nas quais a experiência social da racialização opera como elemento constitutivo da produção de conhecimento. Nesse sentido, evidencia-se a persistência de hierarquias epistêmicas que tensionam a legitimidade desses temas e delimitam as condições de reconhecimento dessa produção no sistema científico.



Figura 3 - Distribuição das principais temáticas na produção de teses e dissertações de mulheres brancas, pardas e pretas.



Fonte – Autores.

## CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam que o SNPG opera sob a égide de profundas desigualdades estruturais, fortemente marcadas pela intersecção de raça e gênero, que se expressam de forma articulada na distribuição das pesquisadoras entre áreas do conhecimento, instituições e agendas de pesquisa. Há sub-representação das mulheres negras (pretas e pardas) na ciência nacional, em contraste com a hegemonia das mulheres brancas em praticamente todas as áreas do conhecimento e universidades. Destaca-se a baixa representatividade de pesquisadoras pretas mesmo em regiões com expressiva população negra e em áreas de maior prestígio acadêmico, como as Engenharias e as Ciências Exatas, cenário que se associa à concentração dessas cientistas em temáticas de pesquisa específicas. Conclui-se que esse cenário materializa o epistemicídio racial e a manutenção do privilégio epistêmico branco, reforçando a urgência de políticas públicas interseccionais que garantam não apenas o acesso, mas a permanência, a progressão e o financiamento equitativo dessas cientistas.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 1, p. 83-97, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>.



DANIEL, Camila. Pedagogia transnacional dos afetos: a experiência de mulheres negras na transformação do espaço acadêmico. **Mediações**, Londrina, v. 30, p. 1-16, e51653, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2025v30e51653>.

GAUDÊNCIO, Jéssica da Silva. Mulheres negras na ciência: desafios, impactos e perspectivas interseccionais. **Pontos de Interrogação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 87-109, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.30620/pdi.v14n2.p87>.

GOMES, Stephanie Silva Weigel; FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Biografia científica como possibilidade para a valorização de uma ciência química mais feminina e negra. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 26, e42474, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240168>.

PEREIRA, Ana Caroline de Oliveira; ELIAS, Marcelo Alberto. A invisibilidade da mulher negra na Ciência: uma análise a partir de livros didáticos de Ciência e Biologia. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 491-499, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.5.2021.2285>.

PIXUNA NETO, Leônidas Ribeiro; FERREIRA, Silvia Pinheiro. Sueli Carneiro: epistemecídio racial e o enegrecer. **Revista África e Africanidades**, [S. l.], ano 17, n. 45, p. 51-60, fev. 2023.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>.

XAVIER, Giovana. Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 1, p. 51-59, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E104>.

